

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 45.758 mil, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 7.929 mil.

São Paulo, 17 de março de 2015

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	448.930	1.654.912	Circulante	60.260	1.355.568
Disponibilidades	105	132	Depósitos (Nota 8)	11.179	639.023
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	412.214	965.550	Depósitos a prazo	11.179	639.023
Aplicações no mercado aberto	1.909	143.735	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	16.672	598.180
Aplicações em depósitos interfinanceiros	410.305	821.815	Instrumentos financeiros derivativos	16.672	598.180
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	16.804	599.199	Outras obrigações (Notas 6, 7 e 9)	32.409	118.365
Instrumentos financeiros derivativos	16.804	599.199	Carteira de câmbio	19.774	89.961
Outros créditos (Notas 6 e 7)	19.807	89.994	Fiscais e previdenciárias	11.428	27.202
Carteira de câmbio	19.774	89.961	Diversas	1.207	1.202
Diversos	33	33	Exigível a longo prazo	151.505	289.288
Outros valores e bens	-	37	Depósitos (Nota 8)	109.974	96.098
Despesas antecipadas	-	37	Depósitos a Prazo	109.974	96.098
Realizável a longo prazo	90.709	237.335	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	20.469	175.908
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	20.469	175.215	Instrumentos financeiros derivativos	20.469	175.908
Instrumentos financeiros derivativos	20.469	175.215	Outras obrigações (Nota 7 e 9)	21.062	17.282
Outros créditos (Nota 7)	70.240	62.120	Fiscais e previdenciárias	21.062	17.282
Diversos	70.240	62.120	Patrimônio líquido (Nota 11)	327.912	282.154
Permanente	38	34.763	Capital social	158.218	138.218
Investimentos	38	38	De domiciliados no exterior	158.218	138.218
Outros investimentos	38	38	Reservas de capital	18.617	18.617
Imobilizado de uso	-	34.725	Reservas de lucros	151.077	125.319
Imóveis de uso	-	29.455	Total do passivo e patrimônio líquido	539.677	1.927.010
Outras imobilizações de uso	-	36.923			
Depreciações acumuladas	-	(31.653)			
Diferido	-	-			
Gastos de organização e expansão	-	254			
Amortização acumulada	-	(254)			
Total do ativo	539.677	1.927.010			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total
	Capital	Aumento de Capital	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	acumulados			
Em 31 de dezembro de 2012	138.218	-	18.617	10.613	106.777	-	-	274.225	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.929	7.929	-	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	396	-	(396)	-	-	
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	7.533	(7.533)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2013	138.218	-	18.617	11.009	114.310	-	-	282.154	
Aumento de capital (Nota 11)	20.000	-	-	-	(20.000)	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.758	45.758	-	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	2.288	-	(2.288)	-	-	
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	43.470	(43.470)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2014	158.218	-	18.617	13.297	137.780	-	-	327.912	
Em 30 de junho de 2014	138.218	20.000	18.617	12.691	94.310	31.966	-	315.802	
Aumento de capital (Nota 11)	20.000	(20.000)	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	12.110	12.110	-	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	606	-	(606)	-	-	
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	43.470	(43.470)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2014	158.218	-	18.617	13.297	137.780	-	-	327.912	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("instituição") atua como filial do JPMorgan Chase Bank (com sede em Nova Iorque, Estados Unidos da América), autorizada a operar com as carteiras comercial e câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da instituição foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2015. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo e operações de swaps, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e termos são utilizados como base os preços de venda de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Permanente:** É demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: 4% referentes a imóveis de uso e 10% a máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. (e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. (f) **Obrigações legais e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como

obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme artigo 17 da Lei nº 11.727/08. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2014, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária relativamente ao IRPJ, à CSLL, ao PIS e à COFINS. Tal lei dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a tributação dos ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos na legislação societária em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. A adoção das novas regras foi facultativa para o ano de 2014 e a instituição decidiu não aderir, considerando a inexistência de impactos financeiros relevantes para a instituição. (h) **Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 410.305 (2013 - R\$ 821.815) com vencimento até janeiro de 2015 (2013 - até maio de 2014) e aplicações em operações compromissadas - posição bancada no valor de R\$ 1.909 (2013 - R\$ 143.735) com vencimento até janeiro de 2015 (2013 - até janeiro de 2014). **5. Instrumentos financeiros derivativos:** A instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação que se destinam a atender suas necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2014	Valor nominal 2013
Swap	20.469	20.469	210.000	-
Moeda	20.469	20.469	210.000	-
Outros derivativos	16.804	16.672	466.646	504.679
Commodities	1.771	1.737	26.428	117.259
Moedas	15.033	14.935	440.218	387.420
Operações a termo	-	-	-	760.757
Título público	-	-	-	760.757

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013
Receitas de intermediação financeira	30.323	67.807	112.192
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.226	65.619	108.046
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5 (f))	1.080	2.171	4.133
Resultado de operações de câmbio	17	17	13
Despesas de intermediação financeira	(12.991)	(35.542)	(92.072)
Operações de captação no mercado	(12.991)	(35.542)	(92.072)
Resultado bruto da intermediação financeira	17.332	32.265	20.120
Outras receitas (despesas) operacionais	4.766	3.362	(2.641)
Outras despesas administrativas (Nota 13 (a))	(770)	(1.318)	(5.844)
Despesas tributárias	(1.120)	(2.210)	(1.565)
Outras receitas operacionais (Nota 13 (b))	9.925	11.024	6.101
Outras despesas operacionais	(3.269)	(4.134)	(1.333)
Resultado operacional	22.098	35.627	17.479
Resultado não operacional (Nota 13 (c))	-	42.534	(2.563)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	22.098	78.161	14.916
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	(9.988)	(32.403)	(6.987)
Provisão para imposto de renda	(5.418)	(19.571)	(4.568)
Provisão para contribuição social	(4.859)	(13.358)	(2.756)
Ativo fiscal diferido	289	526	337
Lucro líquido do semestre/exercício	12.110	45.758	7.929

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	(19.808)	(28.410)	14.086
Lucro líquido do semestre/exercício	12.110	45.758	7.929
Ajuste ao lucro líquido:	(31.918)	(74.168)	6.157
Depreciações	(31.918)	(31.653)	3.558
(Lucro)/Perda na alienação do imobilizado	-	(42.515)	2.599
Variação de ativos e obrigações	254.265	391.632	294.242
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	275.795	411.510	271.252
Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	181	194	262
Redução em relações interfinanceiras	-	-	495
Redução/(Aumento) em outros créditos	(28.403)	62.067	(69.858)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	9	37	(37)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	8.189	(57.744)	97.365
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.506)	(24.432)	(5.237)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	234.457	363.222	308.328
Atividades de investimento			
Alienação de imóveis de uso	31.918	66.378	2.599
Aquisição de imobilizado de uso (Lucro)/Perda na alienação do imobilizado	-	-	(1.166)
-	-	42.515	(2.599)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) de atividades de investimento	31.918	108.893	(1.166)
Atividades de financiamento			
(Redução) em depósitos	(280.365)	(613.968)	(422.060)
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamentos	(280.365)	(613.968)	(422.060)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(13.990)	(141.853)	(114.898)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	16.004	143.867	258.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	2.014	2.014	143.867
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(13.990)	(141.853)	(114.898)

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/Perdas não realizados	Valor de mercado 2014	Valor de mercado 2013
Ativo	34.190	3.083	37.273	774.414
Swap	16.207	4.262	20.469	-
Operações a termo	-	-	-	760.740
Outros derivativos	17.983	(1.179)	16.804	13.674
Passivo	34.231	2.910	37.141	774.088
Swap	16.207	4.262	20.469	-
Operações a termo	-	-	-	760.740
Outros derivativos	18.024	(1.352)	16.672	13.348

c. Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima 3 anos	Total 2014	Total 2013
Swap	-	-	210.000	210.000	-
Operações a termo	-	-	-	-	760.757
Outros derivativos	185.172	281.474	-	466.646	504.679

d. Valor nominal por local de negociação

	Balcão (Cetip)	Total 2014	Total 2013
Swap	210.000	210.000	-
Operações a termo	-	-	760.757
Outros derivativos	466.646	466.646	504.679

e. Valor nominal por contraparte

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Total 2014	Total 2013
Swap	105.000	105.000	-	210.000	-
Operações a termo	-	-	-	-	760.757
Outros derivativos	233.351	220.0			

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Resultado por produto

	Resultado líquido 2014	Resultado líquido 2013
Outros derivativos	2.171	4.133

6. Carteira de câmbio: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 9.826 (2013 – R\$ 44.966) e direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 9.948 (2013 – R\$ 44.995). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 9.826 (2013 – R\$ 44.995) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 9.948 (2013 – R\$ 44.966). **7. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos – diversos" estão representados, principalmente, por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 5.908 (2013 – R\$ 5.382), impostos e contribuições a compensar e recuperar no valor de R\$ 7.696 (2013 – R\$ 7.418), e devedores por depósitos em garantia de R\$ 56.650 (2013 – R\$ 46.728) (Nota 9 (a)). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" correspondem, principalmente, a impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 11.351 (2013 – R\$ 4.845) e provisões relacionadas com questionamentos judiciais no valor de R\$ 21.062 (2013 – R\$ 39.526) (Nota 9 (a)).

8. Depósitos

	Até 3 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total 2014	Total 2013
Depósitos a prazo	2.141	9.038	72.727	37.247	121.153	735.121

9. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	56.650	46.728	21.062	39.526
Total	56.650	46.728	21.062	39.526

b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais -		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	39.526	37.197				
Despesas financeiras - juros	1.053	1.220				
Constituições	3.855	1.153				
Anistia (Nota 9 (b))	(23.372)	-				
Reversões	-	(35)				
Pagamentos	-	(9)				
Saldo final	21.062	39.526				

c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A instituição é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária. As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do IR e (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL em relação às empresas não financeiras e (iii) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 21% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde a R\$ 41.075, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. Como se trata de um processo de Anistia, com redução de juros

previamente constituídos, a instituição espera um impacto positivo. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia da Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes, o que gerou um impacto positivo de R\$ 4.497 no resultado na instituição, integralmente reconhecido em outubro de 2014. **d) Fiscais e previdenciárias – outros passivos contingentes:** A instituição recebeu auto de infração objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias, ora discutido perante o Poder Judiciário através de ação anulatória de débito fiscal, cujo risco de perda é classificado como possível pelos assessores legais no valor de R\$ 22.037 (2013 – R\$ 25.794). A instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 640 (2013 – R\$ 991) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP; (ii) multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R\$ 184.716. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição, foi constituída provisão para referidos débitos. Com relação ao item (i) acima, no mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para débitos de PIS e COFINS de instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos e incluiu os casos de PIS e COFINS decorrentes da desmutualização dos quais era parte no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. **10. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais	5.441	4.977
Provisão de honorários advocatícios	454	390
Outras	13	15
Total de créditos tributários - ativo	5.908	5.382
IR diferido – MTM – passivo	69	238

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 4.771 (2013 – R\$ 467), tendo sido realizado R\$ 4.245 (2013 – R\$ 130) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 5.908 é estimada em 1% no 1º Ano, 2% nos 2º e 3º anos, 5% nos 4º e 5º anos, 10% nos 6º e 7º anos, 20% nos 8º e 9º anos e, 25% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 2.480 (2013 – R\$ 2.886). O valor de créditos tributários sobre prejuízo fiscal não ativados em função da realização esperada desses créditos não estar prevista no prazo de dez anos, conforme Resolução nº 3.355, é de R\$ 1.419 (2013 – R\$ 1.419). O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL	78.161	14.916
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(31.264)	(5.966)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(3)	(1.050)
Outros	(1.136)	29
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(1.139)	(1.021)
Total da despesa de IR e CSLL no exercício	(32.403)	(6.987)

11. Patrimônio líquido: O capital social representa os investimentos da matriz, acrescidos dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US\$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 20.000, mediante a incorporação de parcela

correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R\$ 20.000, sem a emissão de novas ações. A "Reserva de Lucros – Estatutária" poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A "Reserva de Lucros – Legal" é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. A distribuição de dividendos referente ao exercício de 2014 será deliberada em Assembleia Geral dos Acionistas prevista para abril de 2015, com base nas demonstrações aprovadas.

12. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P.Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas do Grupo.

	2014		2013	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades em moeda estrangeira	98	-	86	-
JPMorgan Chase Bank, National Association ...	98	-	86	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	410.305	59.548	821.815	91.861
Banco J.P. Morgan S.A. ..	410.305	59.548	821.815	91.861
Aplicações em operações compro-missadas	1.909	6.059	143.735	17.596
Banco J.P. Morgan S.A. ..	1.909	6.059	143.735	17.596
Instrumentos financeiros derivativos	(35.612)	4.195	(8.026)	(11.344)
Banco J.P. Morgan S.A. ..	(33.875)	7.674	(8.026)	(12.417)
Lawton Multimercado	(1.737)	(6.850)	(2.995)	156
JP Morgan Overseas CAP CORP.	-	3.371	-	917
Outros valores a receber/ (a pagar)	-	-	2.607	2.607
J.P. Morgan S.A. DTVM ..	-	-	1	1
J.P. Morgan CCVM S.A. ..	-	-	96	96
Banco J.P. Morgan S.A. ..	-	-	2.442	2.442
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	-	-	68	68

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **13. Outras informações:** (a) "Outras despesas administrativas" referem-se, substancialmente, a despesas de amortização e depreciação no valor de R\$ 265 (2013 – R\$ 3.558), despesas de serviços com o sistema financeiro R\$ 206 (2013 – R\$ 252), despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 519 (2013 – R\$ 450) e despesas de manutenção e conservação no valor de R\$ 219 (2013 – R\$ 243). (b) "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, à reversão de provisão de obrigações legais no valor de R\$ 8.548 e em 2013 ressarcimento de despesas administrativas no valor de R\$ 1.910. (c) "Resultado não operacional", em 2014, refere-se principalmente a lucro na venda de imóvel no valor de R\$ 42.515 e em 2013 refere-se principalmente a prejuízo na baixa de imobilizado no valor de R\$ 2.599. (d) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263 a instituição possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

A Diretoria

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JPMorgan Chase Bank, National Association

Examinamos as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association ("instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do JPMorgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



São Paulo, 18 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0